

OLHARES INCLUSIVOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DOS DISCENTES NA ESCOLA

Prof^a Elisa Maria Dos Santos Batista ¹

Prof^a. PhD. Débora Araújo Leal²

Prof. PhD. Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo³

RESUMO

O presente estudo propôs analisar a importância e os impactos do Programa Bolsa Família no auxílio à inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social, no contexto educacional de uma escola pública da Bahia. A metodologia utilizada foi a qualitativa, através da pesquisa de campo, traçou-se um diálogo com os (as) teóricos (as) Campelo e Neri (2013); Torres (2013), Ball e Mainardes (2011), Cury (2002), Marx e Engels (2007), além dos dispositivos legais. O Brasil é um país de desigualdades enormes e reforçadas com as lacunas econômicas que ampliam as diferenças entre as classes sociais, as políticas públicas que visam à diminuição das distâncias servem não apenas de paliativo para essa situação, mas também para equalizar as desigualdades e permitir o acesso das pessoas menos favorecidas a patamares educacionais que possam auxiliar na mudança de sua situação socioeconômica. A educação sendo um instrumento fundamental de inclusão das pessoas é o caminho mais seguro para a superação dos obstáculos oriundos das condições sociais em que vivem os mais diferentes indivíduos. Nota-se que as políticas públicas sociais estão no caminho certo para alcançar o mais próximo da erradicação da pobreza e do analfabetismo, que por sinal é um dos problemas que enfrentamos para uma sociedade que efetivamente cobre seus direitos junto à classe política. Nos resultados do estudo, as famílias entrevistadas afirmaram que o Programa Bolsa Família tem sido uma alavanca, uma força para atenuar os problemas decorrentes da desigualdade social, porém é necessário repensá-lo, pois o mesmo não atende aos mais necessitados e impacta na frequência dos discentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação, Desafios, Inclusão social, Programa Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância e os impactos do Programa Bolsa Família no auxílio à inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social, no contexto educacional de uma escola pública da Bahia.

¹ Mestra em Ciências da Educação pela Educaler College – USA; Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia, elisa_maria26@hotmail.com;

² Pós Doutora em Educação pelo IUNIR-AR; Reitora da Educaler University – USA; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino em Feira de Santana – BA, deboraleal2502@gmail.com;

³ Pós Doutor em Psicologia pela UFLO – AR; Professor e Pesquisador da UFLO – AR, Professor da Rede Municipal de Ensino de São Bento – PB, robertodinizeemd@hotmail.com.

A metodologia utilizada neste estudo foi qualitativa, de enfoque descritivo através da pesquisa de campo. As políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país. Dessa forma, constituem um elemento de normatização do Estado, guiado pela sociedade civil, que visa garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. Tudo isso devido as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, que nos leva a busca do conhecimento sobre a compreensão dos fenômenos sociais e a necessidade de entender que a organização da sociedade, e que ela se deu através de outro fenômeno denominado de políticas públicas.

Contudo, o presente estudo nos mostra a fragilidade da aplicação das políticas públicas educacionais no país e conseqüentemente nos seus entes federados, estados e municípios. Buscamos para tanto responder no decorrer destas linhas a problemática de quais instrumentos utilizados para levantamento de dados e acompanhamento na efetivação e aplicação das novas políticas de Educação, como também de análise de resultados e intervenção estratégica na Rede Pública do Município Baiano.

Para atender ao objetivo geral, tem-se como específicos: Identificar os perfis sócio/econômicos das famílias; Discutir a importância das políticas sociais nas estruturas familiares em situação de pobreza; Descrever a importância do Programa Bolsa Família no processo educacional das crianças na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professora Eunice Alves dos Santos e Apresentar os impactos do Programa Bolsa Família nas organizações sociais da sociedade.

Com o levantamento e análise dos dados, conseguiremos atingir o objetivo geral desta pesquisa. Quando se estuda a educação contemporânea, não podemos fugir do conceito de sociedade e seu percurso histórico, que na generalidade implica ser uma convivência e atividade conjunta do homem, ordenada ou organizada conscientemente. Como as políticas públicas educacionais são implementadas, As políticas educacionais são adotadas a partir de leis federais, estaduais e municipais criadas pelo Poder Legislativo e em propostas enviadas pelo Poder Executivo.

Já que se faz mister dizer que o fundamento teórico da educação teria por base as mudanças sociais e políticas, como destaca teóricos como Freire (1996), que mostra este processo como sendo lento e complexo, principalmente em contextos multiculturais, daí a educação surge como transformadora da realidade social. E quando trata-se do estudo da educação contemporânea, pressupõe entender que o seu percurso e sua perpetuação tendo o sujeito como instrumento e ator do processo, encontrou, encontra e terá muitos desafios a enfrentar.

As políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país. Dessa forma, constituem um elemento de normatização do Estado, guiado pela sociedade civil, que visa garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. Tudo isso devido as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, que nos leva a busca do conhecimento sobre a compreensão dos fenômenos sociais e a necessidade de entender que a organização da sociedade, e que ela se deu através de outro fenômeno denominado de políticas públicas.

O qual define-se como um sistema de ações sociais que compreende um esforço da sociedade principalmente das instituições para garantir de forma permanente, os direitos de cidadania a todos.

Surgindo assim, a necessidade da promoção de políticas públicas adequada na educação, e nas demais áreas para atender os anseios do homem na sociedade organizada. É com este percurso de conhecimento que iniciamos nosso trabalho refutando que por definição, ser um dos campos imprescindível para o desenvolvimento universal de um povo, a educação criteriosamente dever ser priorizada e arquitetada como foco central de estabilização cultural e social. Destarte, para que venha se tornar concreto, se faz mister buscar a efetivação das políticas públicas as condições necessárias para sua concretude com

A política pública exerce forte influência em todas as ações que realizamos no nosso cotidiano, nos colocando como interlocutores e sujeitos das ações geradas pelas esferas federal, estadual e municipal. As políticas públicas de educação são programas ou ações que são criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos.

Além de garantir a educação para todos também é função das políticas públicas avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. O Estado, através da realização de políticas públicas, atende a diversos interesses dos múltiplos setores da sociedade. Entretanto, toda e qualquer política estatal despense recursos públicos, seja na forma de dinheiro, seja no tempo gasto pelos funcionários do Estado para implementá-la.

Os interesses políticos e as práticas pedagógicas, historicamente, mantêm uma relação que visa a dominação. Embora essas relações sejam desiguais, pois a política influencia muito mais a educação do que vice-versa, não podemos negar a importância do fazer pedagógico no seu estado político.

METODOLOGIA

A metodologia abrange técnicas e coleta de dados que tem por finalidade, apresentar a cientificidade de uma pesquisa para ampliar o conhecimento e/ou refutar e corroborar os fenômenos observados para a sociedade.

A equipe docente é constituída por professores com cursos de Licenciatura e, a maioria, com Cursos de Especialização e Mestrado em áreas diversificadas e, embora um pequeno grupo atue numa proposta tradicional, predomina na escola uma prática sociointeracionista, considerando-se a aprendizagem como fator de desenvolvimento humano e valorizando a mediação social.

As ideias pedagógicas de nosso país devem ser encaradas aqui não como uma forma de encadeamento histórico das mesmas, mas como uma associação de tais ideias aos momentos sociais e políticos que se manifestavam. Procuramos,

[...] não tanto indagar sobre os sistemas de ideias em si, mas especificamente procurar nelas o reflexo e o estímulo do real, compreender como de época em época o objetivo da educação e a relação educativa foram concebidos em função do real existente e de suas contradições [...] (MANACORDA, 1989, p. 7).

A equipe técnico-pedagógica é constituída por pedagogos, sendo 02 supervisores, todos habilitados em cursos de Graduação, Especialização, trabalhando de forma integrada em prol da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A equipe gestora é constituída por uma diretora e duas vice-diretoras com cursos de Graduação e Especialização, exercendo liderança sobre a equipe escolar, distribuindo responsabilidades e, junto ao Conselho Escolar, decidindo sobre questões administrativas e analisando coletivamente os problemas, buscando as possíveis soluções.

Na biblioteca, professores readaptados com função de auxiliar de biblioteca que orientam os alunos na escolha de leituras, apoiam professores em seu trabalho, realizam projetos de incentivo à leitura e reforço a alunos com dificuldade de leitura e escrita.

As merendeiras são responsáveis pelo preparo e distribuição da merenda, além de orientar alunos sobre hábitos alimentares e de higiene. Elas são supervisionadas em seu trabalho pela supervisora de merenda. Os auxiliares de limpeza que mantêm as dependências da escola limpa. Vigilantes/porteiros que recebem os alunos na entrada da escola durante o período diurno e noturno.

Todos, independentes da função exercida, constituem a grande equipe de

educadores da escola. A escola funciona nos turnos manhã, tarde e noite com os seguintes níveis e modalidades de ensino e com o número de alunos de acordo com o censo escolar.

A proposta pedagógica da escola está fundamentada numa perspectiva sociointeracionista, na qual os indivíduos são considerados sujeitostransformadores, capazes de construir a sua própria história, na interação com o outro e com o meio em que está inserido.

Nesse sentido a função social da nossa Escola é proporcionar uma educação humana, despertando a criatividade e criticidade dos educandos, promovendo o processo da formação cidadã, no qual os educandos sejam protagonistas no processo de construção do conhecimento de forma consciente do seu papel na sociedade.

A escola está localizada num município baiano é composta de crianças e adolescentes, na faixa etária entre 6 a 15 anos, nos turnos manhã e tarde. Nossos alunos, desde a inauguração da escola, pertencem a famílias muito diversificadas no aspecto sócio-econômico; são filhos de plantadores de cana-de-açúcar, profissionais liberais, professores, domésticas, desempregados, funcionários públicos.

A escola atende especialmente à comunidade do próprio bairro e adjacências. A mesma acredita que consultando e interagindo com a comunidade (especialmente os pais ou responsáveis) torna-se possível construir e desenvolver um projeto eficaz de educação.

Para tanto, estabelece contato com a família, desde o início do ano letivo, através da matrícula; das reuniões bimestrais com os pais ou responsáveis para informar sobre o rendimento escolar e frequência dos filhos; além de desenvolver um trabalho sistemático de orientação às famílias, através do Apoio Pedagógico. Ainda existe a aproximação da família à escola através dos Eventos Festivos promovidos pela própria escola e do Conselho escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pedagogia liberal é também denominada de pedagogia acrítica, uma vez que não questiona a implicação dos determinantes socioestruturais da educação. De acordo com a pedagogia liberal, a função da educação é preparar os indivíduos para desempenhar seus papéis sociais de acordo com suas aptidões individuais. A pedagogia progressista, ao contrário da pedagogia liberal, conhece a educação como um progresso de humanização, mas inserido no contexto de suas relações sociais (XIMENES, 2011).

O aspecto fundamental, portanto, na história das ideias pedagógicas passa a ser o da relação educação-sociedade. O problema da evolução das ideias pedagógicas é considerado a partir do que se entende por, de um lado, mudança das condições sociais para criar um sistema de educação adequado e do outro um adequado sistema de educação, para poder mudar as condições sociais.

Integra o conceito social da escola também um conjunto de imagens e representações que a revelam como uma pequena comunidade que realiza o trânsito entre o aconchego do núcleo familiar e a vida “lá fora”. Segundo Arroyo (1995, p. 36):

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas relações sociais entre os homens.

Nas sociedades contemporâneas, verifica-se uma preocupação constante em garantir aos cidadãos o acesso à educação básica, pois há um entendimento de queo direito à educação escolar, mais que uma exigência da sociedade atual, configura-se como um direito que permite o pleno exercício da cidadania. A educação como direito social e político é pressuposto básico para o exercício de todos os outros direitos (CURY, 2002a).

Para Torres (2003), a definição de políticas educacionais precisa vir de uma ação do Estado, descrita assim:

Uma sociologia política da educação deriva das teorias do Estado, e critica as análises convencionais ou dominantes porque a estas faltam uma abordagem holística ou abrangente dos determinantes da formulação de políticas. Em um nível mais alto de abstração, por exemplo, faltam abordagens convencionais da formulação de políticas a capacidade de relacionar o que acontece nas escolas e nos locais de educação não-formal o que ocorre na sociedade relativamente à dinâmica do processo de acumulação do capital e de legitimação política.

Como afirma Torres (2003, p. 45) “uma teoria crítica do poder e do Estado é um ponto de partida necessário para se estudar a formulação de políticas educacionais (ou políticas públicas de um modo em geral)”.

As definições e acepções do que se entende por igualdade levam a formular políticas educacionais que têm, em alguns casos, efeitos contrários. Assim, conjuntode políticas deve reivindicar a equidade proporcionando igualdade de oportunidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até aqui fizemos um breve histórico do Programa Bolsa Família como política de atendimento aos cidadãos brasileiros que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. É importante a partir desse ponto a pesquisa fazer uma reflexão sobre o Programa Bolsa Família e suas relações a partir da educação e suas relações com a sociedade.

Em larga escala houve-se muitas críticas ao Programa Bolsa Família, críticas negativas em função do grande número de crianças e adolescentes que frequentam a escola por assim dizer, para apenas receber o benefício.

Há um avanço sim no Programa Bolsa Família, pois já remete a questão dos direitos fundamentais e exercício da cidadania e deve distanciar-se da emblemática política assistencialista que ao invés de atenuar a situação cria mais bolsões de miséria e pobreza.

Educadores, famílias e envolvidos no processo de educação e formação de novas mentalidades se preocupam com os destinos dessa parcela da população que beneficiária do Programa Bolsa Família tem mostrado rendimentos não favoráveis no quesito aprendizagem e como é de se esperar aumenta os quadros de exclusão social e repetência escolar.

Afirma também que o outro pode ser aquele que está à sua frente - o homem, a mulher, a criança, o adolescente, podendo ser, ainda, o trabalhador, o idoso, o deficiente, seja qual for a situação ou circunstância em que esteja inserido. O outro pode também ser plural-uma comunidade, uma classe social, a sociedade como um todo ou, por uma perspectiva mais global, a natureza, o planeta.

Diante do outro ninguém fica indiferente: existe sempre uma tomada de decisão. Mesmo quando parece não haver uma posição-quando a pessoa silencia ou se mostra indiferente, essa posição existe (VALENTE, 2013, p.268-269).

Pensando sobre a Ética do cuidado pensamento defendido por Leonardo Boff em seus escritos, nos colocamos em estado de reflexão acerca dos caminhos que estamos percorrendo enquanto gestores das políticas públicas que atendem as populações menos favorecidas.

O cuidado do qual nos fala Boff (2012) nos impele a isso, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária que se organize em torno de políticas públicas de atendimento à população de baixa renda em longo prazo, que pensemos em um país com

diferenças visíveis de região para região, que essas crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Bolsa Família possam se desenvolver em busca de melhores condições de vida, que possam fazer isso a partir de uma aprendizagem ou aprendizagens significativas em face de uma sociedade que a cada dia se moderniza e exige de seus cidadãos habilidade e manuseio responsável e seguro das tecnologias e ferramentas, que vão desde a capacidade de atividades mais abstratas a ações de cunho rápido, conciso e concreto.

É necessário acrescentar e refletir sobre o que diz Lavinás (2000, p. 3) sobre os programas de caráter compensatório e assistencialista:

Os programas compensatórios integram o arcabouço institucional das políticas sociais. Sua matriz tem origem na prática assistencialista, inicialmente em mãos da igreja. Estruturam-se em valores de solidariedade, indispensáveis nas sociedades modernas, fortemente diferenciadas e desiguais, pois permitem mitigar os efeitos da pobreza propiciando um aumento do bem-estar comum. Tais programas, todavia, não incorporam forçosamente valores de equidade. Costumam ser. Por isso mesmo, focalizados e não universais. Distinguem-se no interior das políticas sociais comprometidas com a busca de maior equidade, por atenderem a uma clientela específica, a dos pobres.

A educação surge também nesse contexto como elemento fundamental para que uma sociedade avance. Num mundo cada dia mais complexo na rede das relações de trabalho, os indivíduos precisam estar preparados para assumir condições e espaços de trabalho com competência.

Pensando nisso, os processos que envolvem a educação escolar e tecnológica são de fato a ponte para o progresso e erradicação da pobreza nas nações que se inserem nesse contexto que ainda demonstra situações de pobreza, fome e miséria.

A escola brasileira tem passado por grandes e significativas mudanças. Desde a LDBEN 9.394/96 que no rastro da Nova Constituição de 1988 trouxe posturas mais comprometidas com o processo democrático e o acesso a todos e direito à educação. Além das questões legais no que concerne o tema educação, temos também um avançar nas ideias pedagógicas fruto do pós-guerra com seus traumas que pediram dos educadores propostas e intervenções que atendessem as crianças com problemas de aprendizagem seja de ordem comportamental ou outros.

A família passa como nunca a ter um papel decisivo na formação dos filhos e a escola se abre na perspectiva da gestão democrática e participativa. É nesse cenário de mudanças que os programas de transferência de renda se instalam e se ressignificam até os dias atuais com o nome Programa Bolsa Família.

A escola é sinônimo de aprendizagem e protagonismo social. De fato, os que ela frequentam devem sair da mesma com os saberes necessários para conviver na cultura que reside e também desenvolver uma aptidão, uma profissão para que assim possa estar na condição de protagonista da sua própria história. A escola ou o sistema educacional que não consegue fazer isso necessariamente precisa repensar suas práticas e função na dita sociedade.

A família por sua vez tem papel fundamental em estimular e acompanhar os filhos na busca dessa realização na vida. Os entraves que surgem são diversos: trabalho infantil, desemprego, fome, condições mínimas de vida, e os agravantes sociais como o tráfico de drogas, prostituição infantil e violência doméstica. Sendo esses uns dos muitos problemas que as crianças de famílias socialmente desfavorecidas irão enfrentar de forma mais incisiva que outras crianças que possam estar sujeitas a esses riscos, porém tendo uma família em situação financeira estável terá mais chances de enfrentar tais problemas.

É notório que o Programa Bolsa Família trouxe benefícios as famílias assistidas. Mas, o que queremos discutir é que além desse programa há uma vida cheia de desafios e conflitos a serem enfrentados futuramente. Essa criança precisa estar na escola não apenas pelas condicionalidades do programa, mas inserir-se no mundo do conhecimento porque lhe é necessário e importante.

A Constituição Federal Brasileira já anuncia o papel da família:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p.122).

Dessa forma é importante a tomada de decisões e o assumir responsabilidades de cada indivíduo e instituição social que se coloca a serviço da formação do caráter e de uma profissão, sim sempre remetemos ao preparo para o mundo do trabalho, mais uma vez reiterando que o Programa Bolsa Família não é salário e nem remuneração, é complemento da renda familiar e direito adquirido numa proposta de atendimento e assistência para aqueles que do ponto de vista social estão de fato carecidos desse atendimento.

Ainda nos amparando na Constituição Federal de 1988, apontamos os seguintes artigos para retomar a discussão em torno do papel da família na formação dos filhos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (BRASIL, 2003).

Não há mais apenas e tão somente a expressão população vulnerável, mas situação vulnerável, ou melhor, sociedade vulnerável que responsável pela criação dos bolsões de miséria deve ter um olhar e práticas que comprometa Governo e sociedade civil no enfrentamento à essas situações.

O Programa Bolsa Família é uma ação que tem contribuído para o enfrentamento à fome e a pobreza, mas precisamos de ações mais comprometidas do ponto de vista social à medida que Família, Escola, Governo possam pensar juntos na busca de uma nação mais justa e igualitária e que se volte aos seus cidadãos em situação de pobreza e pobreza extrema não com um olhar paternalista e assistencialista, mas com compromisso em prover políticas afirmativas e gerenciamento de suas vidas na busca por protagonismo social dos mesmos.

Em municípios pequenos é inegável o impacto econômico gerado pelo Programa Bolsa Família, e, ainda mais, nos indicadores educacionais onde os beneficiários devem manter seus dependentes dentro do ambiente escolar. Com os dados coletados foi possível verificar o quanto é importante esse programa para a inclusão dessas pessoas tanto no ambiente escolar quanto nas oportunidades de melhoramento e qualidade de vida de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados 20 anos desde o início da criação do Programa Bolsa Família (PBF), mais de 20.417.699 famílias em todo o território nacional são beneficiadas por meio do Programa. De fato, tem um caráter social de muita importância no caminho um pouco menos diferente no abismo social existente no país, pois quase a totalidade dos entrevistados afirmou que sua condição social de certa forma melhorou em relação à antes, de quando ainda não estava incorporado ao programa.

Muitas das mulheres beneficiárias, podem não possuir renda pessoal, mas

perfeitamente ter uma estrutura familiar que não necessite integração em nenhum programa social, pelo fato de não terem qualquer ligação oficial com o provedor da família que oficialize o vínculo ou até mesmo possuir um emprego autônomo.

As políticas públicas sociais estão no caminho certo para alcançar o mais próximo da erradicação da pobreza e do analfabetismo, que por sinal é um dos problemas que enfrentamos para uma sociedade que efetivamente cobre seus direitos junto à classe política, infelizmente dependemos do esforço e interesse desta mesma classe para o avanço deste processo.

É notório e claro que alguns pontos tidos como globais e locais precisam ser intelectual e politicamente afrontados, o que em oportuno não é tarefa fácil, mas é mister implantar nestes, novos significados perpetuados a um projeto político-social que tenda à redução dos desiguais contornos de supressão determinados pelo mundo capitalista.

Tal visão traz uma reflexão sobre a real função da objetivação da educação para fins meramente econômicos, que conduz a sociedade a um abismo desenfreado na busca de vantagem, seja na venda da receita mágica de projetos mirabolantes que venham a atender interesses específicos de um grupo, ou na produção de mão de obra para um maior desempenho de determinada produção de recursos humanos para fins econômicos, restando nada da valorização do conhecimento e autonomia, mas sim a mais valia.

É imprescindível consentir e enxergar a educação pelo seu valor de uso em sociedade, primando pela qualidade, construindo dentro da perspectiva na produção cultural de pessoas, dentro de suas particularidades humanas com capacidade para mudarem seu contexto e de se constituírem em sujeitos integrais, e neste processo de criação de políticas públicas educacionais, poder em seu aspecto local atender suas especificidades, alargando as possibilidades dos indivíduos sociais, já que no estudo apresentado observa-se o seguimento direto da política pública de Educação implantada pelo governo federal sem alargar os horizontes que venha a acolher a particularidade local, seja em âmbito estadual e/ou municipal.

Contudo, o presente estudo nos mostra a fragilidade da aplicação das políticas públicas educacionais no país e conseqüentemente nos seus entes federados, estados e municípios. Buscamos para tanto responder no decorrer destas linhas a problemática de quais instrumentos utilizados para levantamento de dados e acompanhamento na efetivação e aplicação das novas políticas de Educação, como também de análise de resultados e intervenção estratégica na Rede Pública do Município Baiano.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em aberto**, Brasília, ano 11, n. 53, jan/mar. 1992.

BRASIL. **Constituição - República Federativa do Brasil**. 1 ed. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 34, n. 248, 23 dez. 1996.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**. Petrópolis, Vozes, 2002.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário**. Petrópolis, Vozes, 2012.

CAMPELO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: [s.n], 2013.

CURY, C.R.J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.116, p.245-262, jul. 2002.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? In: **Educação e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1978.

LAVINAS et al. **Combinando o compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. IPEA, 2000.

TORRES, R. M. Repetência escolar: falha do aluno ou falha do sistema. **Pátio, revista pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, n. 11, nov. 1999/jan. 2000.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Crítica e Sociológica**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.

